



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL,
JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES
E DIREITOS HUMANOS

PANORAMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ

2022

Fortaleza /CE
Dezembro /2022

GOVERNADORA DO ESTADO
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

SECRETÁRIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS
HUMANOS – SPS

Onélia Maria Moreira Leite Santana

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PROTEÇÃO SOCIAL

Paulo Rogério Santos Guedes

COORDENADORIA DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Célia Maria de Souza Melo Lima

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Mônica Regina Gondim Feitoza

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

COORDENADORIA DE GESTÃO DO SUAS

Célia Maria de Souza Melo Lima

CÉLULA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Candida Maria Fontenele Martins

CÉLULA DE REGULAÇÃO, GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PERMANENTE

SOCIOASSISTENCIAL - CERTES

Maria Edny Rodrigues da Silva

EQUIPE TÉCNICA

Adriana Maria Rodrigues de Carvalho Veras

Alice Leite Barbosa

Ana Milana Cosmo Lúcio

Ana Patrícia Nogueira Lima

Augusto César Barbosa de Oliveira

Cláudia Macambira de Oliveira

Eileen Holanda de Souza

Emilênia de Carvalho Lima

Magaly Cilene de Castro Costa

Marina Alves de Sousa Oliveira

Maria Meiriane dos Santos Torres

Messias Douglas Coelho Pessoa

Sabrina Marah Maia Fava

Raimunda Nonata Marques Normando

SUMÁRIO

Apresentação	06
1. Dados Gerais	07
2. Aspectos Demográfico	08
3. Aspectos Econômicos	08
4. Situação de Vulnerabilidade Social	09
5. Situação de Risco Social	11
6. Potencialidades	16
6.1 Políticas Públicas	16
6.2. Panorama dos Órgão Gestores da Assistência Social	16
6.3. Programas	19
6.3.1 Programa Primeira Infância no SUAS Criança Feliz.....	19
6.3.2 Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho ...	20
6.3.3 Programa Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC NA ESCOLA.....	21
6.3.4 Programa Auxílio Brasil.....	21
6.4. Equipamentos e Capacidade de Atendimento da Assistência Social no Ceará	22
6.5. Rede Socioassistencial Cadastrada no Cadastro Nacional das Entidades Socioassistenciais – CNEAS	24
6.6. Trabalhadores da Assistência Social no Estado do Ceará	25
6.6.1. Perfil dos Profissionais da Assistência Social nas Gestões Estadual e Municipais	26
6.6.1.1. Escolaridade/ Vínculo Gestão Municipal	26
6.6.1.2. Escolaridade/Vínculo Gestão Estadual	27
6.7. Controle Social	28

SIGLÁRIO

MC – Ministério da Cidadania

CADSUAS - Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social

CGSUAS – Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social

CIB – Comissão Intergestores Bipartite

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

COEGEMAS – Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social DF – Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IDCRAS – Índice de Desenvolvimento do CRAS

ID-CREAS – Índice de Desenvolvimento do CREAS

CEMARIS – Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB – Norma Operacional Básica

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS, órgão gestor estadual da política de assistência social, em cumprimento ao artigo 30 da Lei Orgânica de Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e à Norma Operacional Básica - NOB/Suas, apresenta o diagnóstico da Política de Assistência Social referente ao 2022.

O documento estabelece um panorama da situação atual sobre a Política de Assistência Social no estado do Ceará e reflete as demandas municipais em relação ao ente estadual, com centralidade no processo de consolidação da Política Nacional de Assistência Social e do Suas no âmbito estadual e municipal.

O diagnóstico traz as situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, bem como as potencialidades capazes de contribuir para superação das situações de desproteção social. Considera-se, ainda, a importância do planejamento de ações estratégicas intersetoriais, tendo em vista a incompletude das políticas públicas na superação das vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, a fim de tornar o destinatário da ação socioassistencial alcançável pelas demais políticas públicas, com vistas a universalização dos direitos sociais.

Por fim, os dados apresentados foram extraídos no ano corrente e devem ser atualizados de forma contínua com o propósito de conhecer a realidade e os riscos e vulnerabilidades que necessitam de intervenções.

Onélia Maria Moreira Leite de Santana
Secretária de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS

1. DADOS GERAIS

Como um dos 26 estados da República Federativa do Brasil, o Ceará possui uma área territorial de 148,83 mil km², correspondente a 1,74% do território nacional, o que lhe confere a décima sétima posição dentre os estados brasileiros, com relação à região Nordeste, ocupa a quarta posição e abrange 9,57% da área total.

Os municípios que marcam os limites territoriais do Ceará são: Jijoca de Jericoacoara, situado no extremo Norte e faz limite com o Oceano Atlântico, Granja no extremo Oeste, limite com o estado do Piauí, no extremo Sul encontram-se os municípios de Penaforte e Mauriti limitando-se com os estados de Pernambuco e Paraíba, respectivamente, e o município de Icapuí situado no extremo Leste, faz limite com o Estado do Rio Grande do Norte.

Os pontos extremos são os municípios de Jijoca de Jericoacoara (Norte), Penaforte (Sul), Icapuí (Leste) e Granja (Oeste). Suas divisões limítrofes englobam os Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí, além do Oceano Atlântico. A proximidade do Estado do Ceará em relação a outros continentes, como a Europa, a América do Norte e a África, favorecem sua inserção no comércio e turismo internacionais.

Com relação à evolução político administrativa, em 1940 existiam 87 municípios, saltando em 2006 para 184 municípios, o que corresponde a um crescimento de 111,5%.

Constata-se que 93% do território cearense encontra-se em região do semiárido nordestino, seu clima predominante é classificado como Tropical Quente e atinge um total de 98 municípios, que corresponde a 101.001,90 km², representando 67,9% da área do Estado, o solo em geral apresentam-se com pouca profundidade, escassez hídrica, pedregosidade e tendência à erosão, tal condição deve ser entendida como obstáculo a ser superado, através de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de práticas conservacionistas e de atividades ligadas à agricultura, possibilitando amplo aproveitamento de tais áreas.

A vegetação predominante, no estado, é classificada como caatinga, ocupando 69,2% de sua área total do estado. Além da área litorânea e da caatinga, o Ceará abriga importantes regiões serranas, algumas com picos cujas altitudes excedem os 1.000 metros, como, por exemplo, o Pico Alto de Guaramiranga, com uma altitude de 1.112 metros, e o Pico da Serra Branca em Monsenhor Tabosa, com 1.154 metros.

A conservação ambiental no estado do Ceará é feita pelos parques e reservas florestais, onde se constata que do total de 3.157.617 ha de área preservada, no âmbito Federal a unidade de conservação de grande destaque é a Área de Proteção Ambiental – APA da Serra da Ibiapaba com 1.592.550 habitantes. No âmbito estadual a APA da Serra de Baturité, com 32.690 habitantes, é a unidade de conservação de maior destaque.

2. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Dados do IBGE¹ revelam que a população cearense em 2010 chegou a 8.452.381 habitantes, ficando sua composição, por sexo, assim definida: 4.120.088 (48,74%) do sexo masculino e 4.332.293 (51,25%) do sexo feminino.

Considerando os grupos etários da população residente, a faixa etária de 0 a 19 anos, totaliza 3.035.091 que representa 35,91% da população, caracterizando um perfil jovem da população cearense.

Nesse intervalo merece destaque o grupo etário entre 10 e 19 anos, totalizando 1.694.148, representando 20,04% dos cearenses. O segmento idoso, ou seja, pessoas com 60 anos ou mais, totalizando 909.475, representa 10,75% do universo da população cearense, sendo importante destacar que 1,81% destas tem 80 anos ou mais, representando aumento na expectativa de vida da população do Estado. Quanto ao segmento “pessoas com deficiência”, segundo o censo IBGE 2010, o Ceará conta com 2.340.329, o equivalente a 27,68% da população total. No que se refere à população negra, esta soma 385.207 pessoas², representando 4,55%.

As áreas urbanas apresentam as maiores concentrações demográficas, com 6.346.569 habitantes, representando 75,08% da população e as áreas rurais com 2.105.812 habitantes.

Quanto à densidade demográfica, observa-se uma evolução no período compreendido entre 1991 – 2010. Em 1991 esse quantitativo correspondia a 43,67 hab/km²; já no ano 2000 evoluiu para 50,91 hab/km²; no ano de 2007 para 55,0 hab/km², avançando em 2010 para 56,76 hab/km².

3. ASPECTOS ECONÔMICOS

O PIB cearense, no quarto trimestre de 2021, chegou aos 3,44% em relação a igual período de 2020, superando o índice brasileiro, de 1,65% na mesma comparação. Dentre os três segmentos do PIB, a Indústria cearense apresentou melhor desempenho no ano passado, com 13,35%, contra 4,5% do nacional; seguida por Serviços, com 5,96% e Nacional com 4,7%, e Agropecuária, com -4,71% e -0,2% do Brasil.

Para o secretário do Desenvolvimento Econômico e Trabalho - Sedet, Maia Júnior, esse resultado é consequência de todo um esforço das equipes da Sedet e vinculadas, e de uma nova política de desenvolvimento econômico com foco na redução das desigualdades sociais, liderada pelo governador Camilo Santana. “O PIB do Ceará se mostrou acima das previsões. Estamos

¹ Dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010).

² Segundo o IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2008.

colhendo frutos de um trabalho árduo que tem a participação de todos que fazem o Sistema Sedet, com destaque para o trabalho de atração de investimentos, da geração de empregos, abertura de empresas, crescimento das exportações de frutas e pescado, e o recorde da movimentação portuária do Porto do Pecém”, afirmou Maia.

As boas notícias relacionadas ao PIB estão, inclusive, para as previsões de fechamento do índice este ano. Os analistas de políticas públicas do Ipece que elaboraram o trabalho esperam crescimento de 1,25% para a economia cearense em 2022, número que, se confirmado, é maior que o previsto para o Brasil, de 0,5% (Boletim Focus do Banco Central do último dia 11). A taxa prevista para este ano (realizada no início de março) é a mesma da previsão inicial divulgada para o Ceará em dezembro de 2021 (1,25%). A próxima será conhecida quando da divulgação do índice do PIB relativo ao primeiro trimestre de 2022.

Das quatro atividades do setor Industrial (13,35% em 2021), o melhor desempenho ficou como segmento de Eletricidade, Gás e Água, com 29,32%, seguido pela Construção Civil, com 15,06%; transformação, com 6,60%, enquanto a Extrativa Mineral caiu -21,08%.

Já no segmento Serviços, que apresentou crescimento de 5,96% em 2021, dos seis setores/atividades, o de Transporte registrou maior índice, com 10,80%, seguido por Comércio, com 8,59%; Intermediação financeira, com 6,73%; Administração Pública com 5,30%; Outros Serviços, com -0,25%, e Alojamento e alimentação, com -5%.

4. SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Para efeito da NOB/Suas, a construção do conceito de vulnerabilidade social fundamenta-se na PNAS/2004, onde se define o público-alvo da Assistência Social como a população vulnerável, representada pelo conjunto de pessoas residentes em uma localidade que apresente, pelo menos, uma das características abaixo:

- Famílias que residem em domicílio com serviços de infraestrutura inadequados. Conforme definição do IBGE trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório;
- Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário-mínimo;
- Família com renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo;
- Família na qual há uma mulher chefe, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e analfabeta;

- Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo;
- Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe;
- Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude;
- Família com renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais;
- Família com renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo, com uma pessoa com deficiência.

A combinação dessas características compõe a Taxa de Vulnerabilidade Social – TVS em um determinado território. No caso do Ceará considerou-se a Taxa de Vulnerabilidade Social, como a proporção de famílias com, pelo menos, uma das características citadas acima. Para obter seus valores, foram trabalhados os microdados do último Censo Demográfico do IBGE (2010), procurando identificar o número de famílias que apresentem, pelo menos, uma das nove características mencionadas anteriormente. Neste caso, quanto maior for a taxa, mais vulnerável é o município.

De acordo com o a tabela a seguir, percebe-se que os municípios de Pequeno Porte I conta com a população de 1.222.438 o que representa 65,36% da população vulnerável e representando o menor índice está na metrópole Fortaleza com a população 2.452.185 o que representa o percentual de 29,65% da população vulnerável.

Porte Municípios

Tabela 1. População Municípios X População Vulnerável					
Porte	Municípios	%	População	%	% População Vulnerável
Ceará	184	100,00	8.452,2381	100,00	49,70
Pequeno I	92	50,00	1.222.438	14,46	65,36
Pequeno II	59	32,07	1.846.572	21,85	62,69
Médio	25	13,59	1.607.462	19,02	56,68
Grande	7	3,80	1.323.724	15,66	45,75
Metrópole	1	0,54	2.452.185	29,01	29,65

Fonte: IPECE/Nota Técnica Nº 51/2010.

Na análise da situação de vulnerabilidade, acrescenta-se a existência de povos e comunidades tradicionais em 147 dos municípios cearenses, o que representa um percentual de 79,89%. Destes, a maior concentração se dá em torno do atendimento a outros grupos tradicionais e específicos em 111 municípios e em menor expressão de Comunidades Ribeirinhas em 21 municípios.

Quanto ao atendimento de grupos tradicionais e específicos, os 396 Cras prestam esse atendimento. Considerando que um mesmo Cras pode atender mais de um tipo de comunidade,

foram registrados no Censo Suas 2021, 22 Cras que atenderam comunidades ribeirinhas; 23 Cras com atendimentos às comunidades extrativistas; 174 Cras com atendimento a outros grupos tradicionais e específicos; 120 Cras com atendimento às comunidades de pescadores artesanais; 29 Cras com atendimentos aos povos ciganos; 55 Cras com atendimento aos povos de matriz africana e de terreiro; 36 Cras com atendimentos aos povos indígenas; 54 Cras com atendimento às comunidades quilombola e por fim 34 Cras com atendimento às ribeirinhas – famílias em calhas de rios. Do universo de 397 Cras registrado no sistema de cadastro do sistema único de assistência social – CadSuas, somente 1 Cras em todo o estado do Ceará não prestou atendimento às comunidades tradicionais.

O estudo das condições de vulnerabilidade das famílias cearenses serviu de base para a disponibilização de recursos para os municípios.

Baseando-se na metodologia apontada pelo Ministério da Cidadania – MC, e Secretaria de Proteção Social Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS, basicamente pela metodologia da Norma Operacional Básica NOB/Suas – 2012, foram classificados e hierarquizados todos os municípios do estado do Ceará, possibilitando a identificação daqueles que possuem as maiores necessidades de recursos para atender a população com benefícios eventuais – BE, bem como para o Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias – Paif. Essa hierarquização está presente na Nota Técnica Nº 23 – Índice de Vulnerabilidade Municipal Composto – SPS/Ipece.

Vale ressaltar, que em estudo desenvolvido pelo Ministério da Cidadania - MC, ao traçar o perfil da pobreza no Brasil, com base no Censo IBGE, observou-se que o contingente de pessoas em situação de extrema pobreza totaliza 15.002.707 milhões, o equivalente a 7,86% da população total. O estado do Ceará conta com 1.343.087 pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza, o que corresponde a 15,89% de sua população³.

5. SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL

Risco social deve ser entendido como evento externo, de origem natural, ou produzido pelo ser humano, que afeta a qualidade de vida das pessoas e ameaça sua subsistência. Os riscos estão relacionados tanto com a situação própria do ciclo de vida das pessoas, quanto com condições específicas das famílias, comunidade ou entorno.

Com o pensamento de obter dados sistemáticos que permitam elaborar um diagnóstico acerca da realidade da população em risco social e pessoal, foi criado o Censo e Mapa de Riscos Social e Pessoal do Estado do Ceará - Cemarís, que tem por objetivos a sistematização dos riscos sociais e pessoais ocorridos e notificados no estado com a finalidade de nortear a implantação de serviços regionalizados, cofinanciamento da Proteção Social Especial junto aos municípios, de

³ Ministério da Cidadania – MC/2021

acordo com a hierarquização dos riscos social e pessoal, e subsidiar diagnóstico e planejamento da Política de Assistência Social no âmbito municipal e estadual.

No Cemarís, o levantamento de dados é realizado seguindo a tipificação de riscos nas categorias: Abandono, Ameaça de Morte, Assédio Moral, Cárcere Privado, Cumprimento de Medidas Socioeducativas (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade), Exploração Patrimonial, Homofobia, Pessoas em Risco Pessoal e Social em Decorrência do uso de Álcool e outras Drogas, Racismo, Ruptura de Vínculos, Situação de Rua, trabalho análogo ao escravo, Trabalho Infantil, Tráfico de Seres Humanos, Violência Doméstica (Física, Psicológica, Negligência) e Violência Sexual (Abuso Sexual e Exploração Sexual).

Os dados são categorizados de acordo com o Ciclo de Vida, Etnia e Segmento populacional da seguinte maneira:

- **Ciclo de Vida:**

Criança: 0 a 12 anos incompletos, ou seja, 11 anos e 11 meses. No ciclo de vida da criança existe uma subdivisão entre pessoas de 0 a 6 anos incompletos, ou seja, 05 anos e 11 meses e pessoas de 7 a 12 anos incompletos, ou seja, 11 anos e 11 meses.

Adolescente: 12 a 18 anos incompletos, ou seja, 17 anos e 11 meses.

Jovem: 18 a 25 anos incompletos, ou seja, 24 anos e 11 meses.

Adulto: 25 a 59 anos incompletos, ou seja, 59 anos e 11 meses; Idoso – 60 anos ou mais.

- **Etnia:** refere-se às categorias: Branco, Índio, Negro, Pardo, Amarelo e SI (Sem Informação).
- **Segmento Populacional:** referente às categorias: Pessoa com Deficiência e LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais).

O Cemarís 2021 registrou um total de 27.132 situações de riscos pessoal e social nos 184 municípios cearenses e após análise dos dados consolidados no documento, verificou-se que nos riscos:

- **Abandono** - Foram notificados 1.146 e o ciclo que mais sofreu abandono foi o da criança na faixa etária de 0 a 6 anos com 348 notificações que representa 30,37%, sendo o menos atingido o de ciclo de vida jovem com 2,62%. Observa-se que esse risco esteve presente nos ciclos de vida das crianças e dos adolescentes. O violador desse risco teve como grau de parentesco pai/mãe com 66,67% de registros.
- **Ameaça de Morte** - Foram notificados 580 casos de ameaça de morte, o ciclo que mais sofreu esse risco foi o adolescente, com 532 notificações que representa 91,72%, e o menos atingindo o ciclo de vida criança com 21 notificações representa 3,62%. Na distribuição por ciclo vida e sexo observa-se que o sexo feminino teve mais 80% das

notificações. O perfil do violador tem parentesco de outro familiar com 37,59% de registros. A idade do violador está entre 30 a 59 anos.

- **Assédio Moral** - Houve 367 notificações de casos de assédio moral em todo o estado, destas 286 referem-se ao ciclo de vida adulto, o que representa 77,93%. O ciclo de vida menos atingido foi o dos jovens com apenas 12 notificações que representam aproximadamente 3,27%. Na análise desse risco é notório observar que o sexo feminino foi o que recebeu mais notificações. O perfil do violador desse risco tem sexo masculino e o vínculo é outro familiar. A idade do violador está entre 30 e 59 anos.
- **Autor de Ato Infracional em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto** - Foram notificados 458 casos e divididos por Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviço à Comunidade – PSC, destes 67,90% referem-se ao ciclo de vida adolescente e 32,10% no ciclo de vida: jovens. No tocante a distribuição por sexo, a concentração das notificações estão presentes no sexo masculino em ambos os ciclos de vida com notificações acima de 80%. No que se refere aos tipos de medidas, verifica-se que a Liberdade Assistida – LA possui 263 notificações e Prestação de Serviço à Comunidade 195 notificações e ambas com os maiores registros concentram-se no sexo masculino. Das notificações referentes a Liberdade Assistida observa-se que 70,72% dos registros são de adolescentes e 29,28% são de jovens. Em relação a distribuição por ciclo de vida e sexo as maiores notificações estão no sexo masculino. Das 195 notificações referentes a Prestação de Serviços à Comunidade observa-se que 64,10% dos registros são de adolescentes e 35,90% são de jovens.
- **Cárcere Privado** - 72 notificações foram registradas nesses riscos e o ciclo de vida com maiores registros foi o adulto com 23 notificações, o que representa 31,94% dos casos. O ciclo de vida menos atingido é o da criança de 7 a 11 anos com 8,33%. A análise do risco por ciclo de vida e sexo observa-se que os maiores registros se concentram no sexo feminino.
- **Exploração Patrimonial** - Foram notificados 719 casos identificou-se que 49,93% dos casos estão relacionados ao idoso, seguido do ciclo de vida adulto com 40,61% e que o ciclo de vida menos atingido é o do adolescente com 2,78%.
- **Homofobia** - Foram notificados 21 casos em todo o território do Estado do Ceará. Destes, aproximadamente 61,90% relacionam-se a adolescente, seguidos pelo ciclo de vida jovem 23,81%.
- **Pessoas em Risco Pessoal e Social em Decorrência do Uso de Álcool e Outras Drogas** - 1.112 notificações foram registradas nesse risco e a faixa etária mais atingida é a faixa etária adulta com 44,33% das notificações. Esse risco está presente em todas as faixas

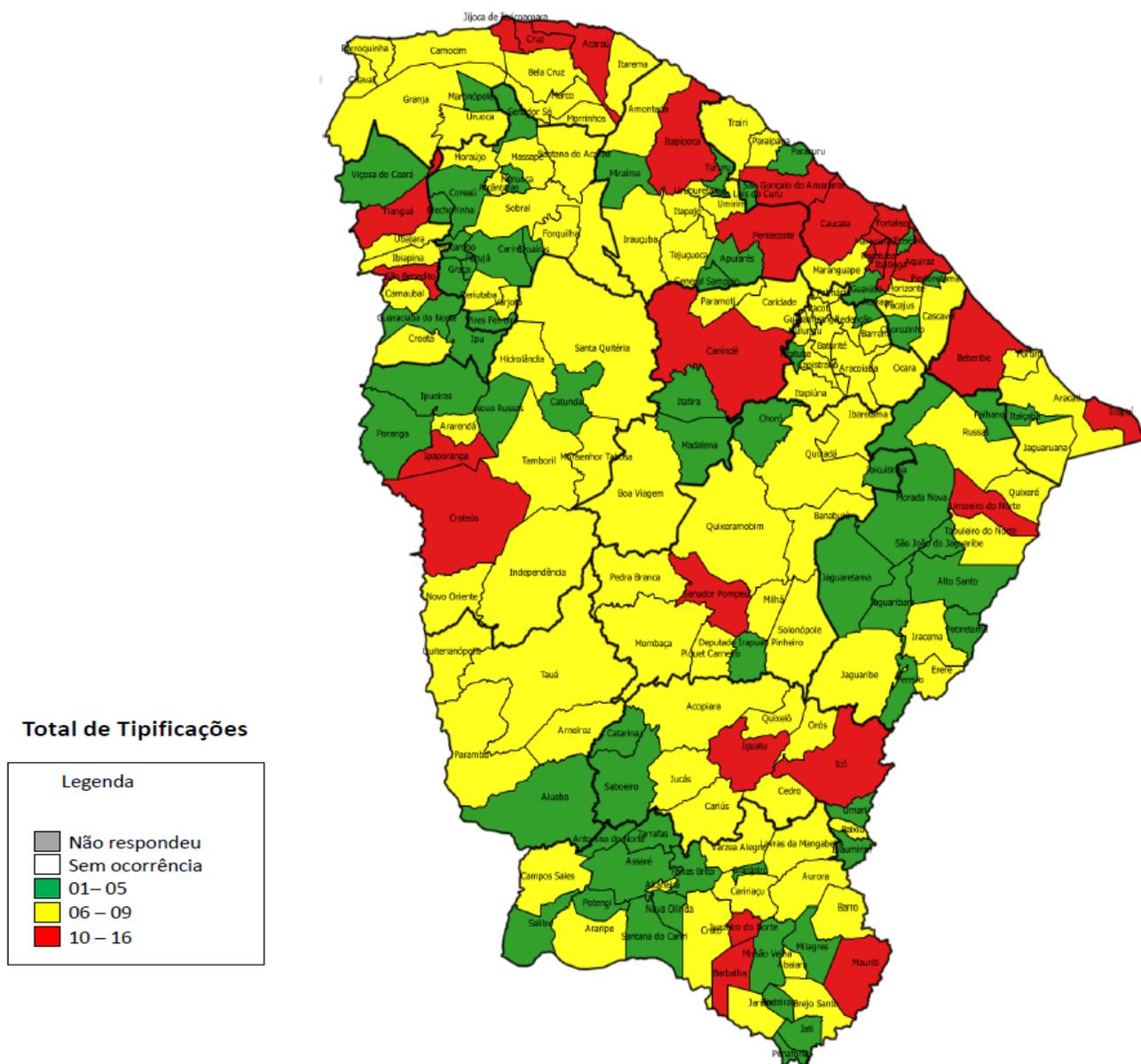
etárias principalmente no sexo masculino, com o registro das notificações acima de 30%. Em 122 municípios cearenses houve registro desse risco.

- **Racismo** - Foram notificados 15 casos. Os dois ciclos de vida mais atingidos foram adulto com 46,67% e adolescente com 20,00%. O ciclo de vida idoso foi o que menos apresentou casos notificados com 6,67%.
- **Ruptura de Vínculos** - Foram notificados 1.092 no estado distribuídos em todos os ciclos de vida, o ciclo de vida com maiores de notificações foi o ciclo de vida adulto com 33,24% seguido do ciclo de vida do adolescente com 21,15%. O violador desse risco teve como grau de parentesco pai/mãe.
- **Situação de Rua** - Foram notificados 1.627 casos. Identificou-se que 83,04% dos casos estão relacionados ao adulto e que o ciclo de vida menos atingido é o do adolescente, com 1,48%.
- **Trabalho Infantil** - Foram notificados um total de 345 casos distribuídos em todo o Estado. Destes 85,21% relacionam-se ao ciclo de vida da criança de 0 a 11 anos. No tocante a distribuição por ciclo de vida e sexo, o sexo masculino é o mais atingido com mais 60% as notificações registradas.
- **Trabalho Análogo ao Escravo** - Foram notificados um total de 05 casos distribuídos em todo Estado. Na distribuição por ciclo de vida houve o registro de 4 casos no ciclo de vida adolescente e 1 caso no ciclo de vida adulto.
- **Tráfico de Seres Humanos** - De acordo com os dados mais recentes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em 2021, o Ceará registrou 31 denúncias sobre tráfico de pessoas, ocupando assim, o terceiro lugar entre os estados do Nordeste. No ranking nacional, o estado ficou na 10ª colocação. Percebe-se uma inconsistência no número de casos notificados com relação à realidade verificada na prática profissional, tendo em vista que existem registros de apenas um (02) casos em todo o Estado, cujo ciclo de vida foi criança de 07 a 11 anos e adolescentes. Com relação a esse risco social há, sem dúvida, a necessidade de um maior estudo acerca dos motivos da subnotificação.
- **Violência Doméstica** - Foram notificados 17.353 casos de Violência Doméstica no estado. Observou-se que aproximadamente 24,43%% da totalidade dos casos se deram no ciclo de vida adulta, seguido do ciclo de vida do adolescente com 22,09%. Na distribuição por ciclo de vida e sexo, a violência doméstica está presente em todos os ciclos de vida, no entanto as notificações no ciclo de vida de crianças de 0 a 6 anos recebeu 3.727 notificações, no ciclo de 07 a 11 anos recebeu 3.219 e o ciclo de vida do adolescente 3.833 registros.
- **Violência Sexual** - Foram notificados 2.218 casos no total. O ciclo de vida mais atingido foi o de adolescentes com 48,29% e o sexo feminino concentra as maiores notificações em todos os ciclos de vida.

Em resumo, o Cemarís 2021 apresentou um total de 27.132 casos notificados divididos nas 16 tipificações de risco social e pessoal representados no censo. Desses, 17.353 notificações foram referentes a casos de violência doméstica, o que representa 63,96%. A tipificação menos registrada foi a de Tráfico de Seres Humanos, com apenas 02 casos notificados 0,01%.

Para finalizar, apresenta-se o Mapa do Ceará pintado em cores de acordo com o número de tipificações apresentadas por município. Mapa representando a quantidade de casos de riscos notificados por municípios.

Mapa 1. Quantidade de tipificações notificadas por município no Estado do Ceará.



Fonte: Cemarís 2021

6. POTENCIALIDADES

6.1. POLÍTICAS PÚBLICAS

Diante da necessidade da superação das vulnerabilidades e riscos pessoal e social, por violação de direitos, no estado do Ceará, novas posturas deverão ser adotadas, com práticas inovadoras, eficientes e eficazes na execução das políticas públicas, com ênfase no diálogo com a sociedade, transparência e controle social.

Nesse contexto, o Governo do Estado do Ceará pôs em prática a Gestão Pública por Resultados – GPR. Este modelo é um instrumento de planejamento que tem seu marco metodológico e operacional baseado no princípio de que o setor público atua para alcançar resultados, e avança no processo de gestão quando estabelece finalidades, impactos e consequências da ação do Governo.

Na Gestão Por Resultado – GPR é fundamental a definição dos resultados estratégicos governamentais e seus respectivos indicadores, bem como os resultados setoriais de cada área do governo. As políticas públicas desenvolvidas no Ceará são: Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário, Cultura, Esporte, Recursos Hídricos, Turismo, Meio Ambiente, Comunicação e Segurança Pública.

6.2. PANORAMA DOS ÓRGÃOS GESTORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conforme artigo 30 da Loas é condição para os repasses, aos municípios, aos estados e ao Distrito Federal, dos recursos do cofinanciamento, a efetiva instituição e funcionamento de:

- I. Conselho de assistência social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;
- II. Fundo de assistência social, com orientação e controle dos respectivos conselhos de assistência social; e
- III. Plano de assistência social.

Com relação ao cumprimento do artigo 30 da Loas e os dados registrados no CadSuas – sistema de cadastro do sistema único de assistência social no que se refere aos 184 municípios cearenses estão caracterizados conforme tabela a seguir:

Item	Constituído	Em Construção ⁴
Conselho Municipal de Assistência Social	184	0
Plano Municipal de Assistência Social	181	3
Fundo Municipal de Assistência Social	184	0

Fonte: CadSuas/2022.

⁴ Os municípios que se encontram com status em construção com os planos municipais de assistência social, têm o acompanhamento da Coordenadoria da Gestão do Suas para a conclusão e envio dos documentos.

De acordo com os dados registrados do Censo Suas 2021, temos a seguinte estruturação no órgão gestor dos 184 municípios cearenses, conforme tabelas abaixo:

Porte	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída	Total
Grande	6	0	1	7
Médio	23	2	0	25
Metrópole	1	0	0	1
Pequeno I	75	17	0	92
Pequeno II	45	14	0	59
Total	150	33	1	184

Gestão do SUAS	Total de Municípios	Percentual
Sim, na estrutura formal do órgão gestor	150	81,52
Sim, de maneira informal	33	17,93
Não constituída	1	0,54
Total	184	100,00

Porte	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída	Total
Grande	6	1	0	7
Médio	18	5	2	25
Metrópole	0	1	0	1
Pequeno I	59	28	5	92
Pequeno II	39	17	3	59
Total	122	52	10	184

Vigilância Socioassistencial	Total de Municípios	Percentual
Sim, na estrutura formal do órgão gestor	122	66,30
Sim, de maneira informal	52	28,26
Não constituída	10	5,43
Total	184	100,00

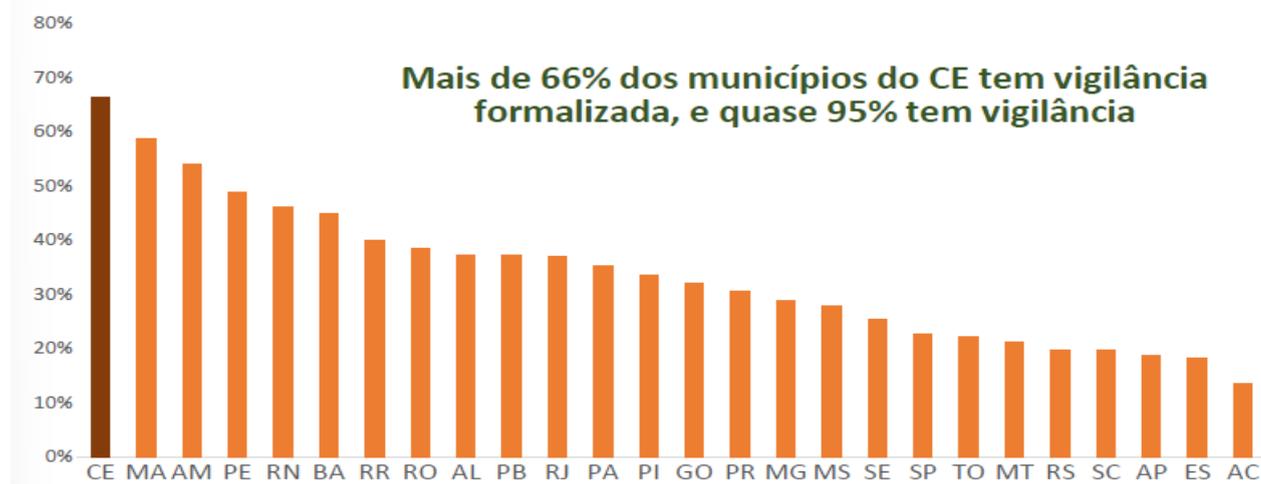
É importante destacar que, de acordo com os dados da Coordenadoria de Gestão do Suas – CGSuas, o número de municípios com vigilância não constituída em 2022, é menor que em 2021, diminuindo de 10 para 6 municípios, o que representa 3,26%.

Ao analisar o percentual de estados com vigilâncias socioassistenciais formalizadas por

Unidade da Federação - UF registrados no Censo Suas 2021, verifica-se que o Ceará se destaca em relação aos demais estados brasileiros, conforme aponta o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Municípios com Vigilâncias Formalizadas no Órgão Gestor

Percentual de municípios com Vigilância formalizada no órgão gestor, por UF Censo SUAS 2021



Fonte: Censo Suas 2021.

Tabela 5. Estrutura do Órgão Gestor segundo o Porte Municipal - Gestão do Trabalho

Porte	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída	Total
Grande	4	2	1	7
Médio	15	6	4	25
Metrópole	0	1	0	1
Pequeno I	31	33	28	92
Pequeno II	21	25	13	59
Total	71	67	46	184

Tabela 5.1. Estrutura do Órgão Gestor segundo o Total de Municípios - Gestão do Trabalho

Gestão do Trabalho	Total de Municípios	Percentual
Sim, na estrutura formal do órgão gestor	71	38,59
Sim, de maneira informal	67	36,41
Não constituída	46	25,00
Total	184	100,00

Porte	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída	Total
Grande	1	4	2	7
Médio	13	7	5	25
Metrópole	0	0	1	1
Pequeno I	35	34	23	92
Pequeno II	14	25	20	59
Total	63	70	51	184

Regulação do SUAS	Total de Municípios	Percentual
Sim, na estrutura formal do órgão gestor	51	27,72
Sim, de maneira informal	70	38,04
Não constituída	46	25,00
Total	184	100,00

Porte	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída	Total
Grande	6	1	0	7
Médio	20	4	1	25
Metrópole	1	0	0	1
Pequeno I	52	31	9	92
Pequeno II	29	23	7	59
Total	108	59	17	184

Gestão Financeira e Orçamentária	Total de Municípios	Percentual
Sim, na estrutura formal do órgão gestor	108	58,69
Sim, de maneira informal	59	32,07
Não constituída	17	9,24
Total	184	100,00

6.3. PROGRAMAS

6.3.1 PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ

Presente nos 184 municípios do estado do Ceará, o Programa Criança Feliz é uma importante ferramenta para que famílias com crianças, entre zero e seis anos, alcancem o desenvolvimento integral junto às suas famílias. É uma estratégia alinhada ao Marco legal da Primeira Infância que

traz diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil. Desde da sua implementação (julho de 2017) o programa tinha como meta inicial atender 52.600 famílias, superando essa meta ao longo da execução do programa. Realizaram-se 6.923.350 visitas domiciliares, beneficiando 186.183 usuários dentre eles: crianças 0-36 meses: 140.627 / crianças 37-72 meses: 2.629 / gestantes: 42.927. Finalizando o ano de 2022 com 152.657 famílias beneficiadas.

6.3.2 PROGRAMAS NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho foi instituído pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) por meio da Resolução nº 18/2012, considerado como estratégia de inclusão produtiva foi utilizado como um dos objetivos ao Plano Brasil Sem Miséria (BSM). A implementação do programa contou com a participação das Secretarias de Assistência Social dos estados e municípios que mobilizaram e encaminharam os usuários da política de assistência para cursos ofertados do Programa Nacional de Educação Técnica e Emprego - Pronatec/BSM e outras instituições. De acordo com os dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - Sagi, no mês de agosto de 2022, o estado do Ceará monitorava 30.100 metas pactuadas junto aos municípios, 1.288 grupos, 5.714 número de oficinas com 21.182 participantes. A Coordenação Estadual do Programa Acessuas Trabalho acompanha e orienta os 57 municípios na operacionalização de seus Planos de Ação, de forma remota e presencial. Dentre os municípios acompanhados, 22 municípios concluíram 100% das metas pactuadas e 24 estão em fase de planejamento para a operacionalização no ano de 2023. Das vagas pactuadas com a União, o Estado do Ceará executou 70%. As ações do Programa terão continuidade até dezembro de 2026 conforme Resolução Nº 49 de 11/2021 do Ministério da Cidadania – MC / Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Os municípios permanecem registrando e atualizando o sistema SIS Acessuas.

Tabela 8 – Situação do Programa Acessuas Trabalho no Ceará - 2022			
Municípios Participantes	Municípios com metas finalizadas	Municípios em processo de planejamento para 2023	Municípios com desempenho insatisfatórios
57	27	22	08

Fonte Sis Acessuas - 2022

6.3.3 PROGRAMA BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - BPC NA ESCOLA

O Programa BPC na Escola foi instituído por meio da portaria Interministerial Nº 18 de 24 de abril de 2007, com o objetivo de acompanhar e monitorar o acesso bem como a permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC. Programa foi estruturado através dos principais eixos: identificar, anualmente, entre os beneficiários do BPC até 18 anos aqueles que estão na escola e aqueles que estão fora da escola; identificar as principais barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação destas barreiras; realizar o acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa. Todos os 184 municípios do estado do Ceará aderiram ao Programa BPC na Escola. Segundo monitoramento do Sistema BPC na Escola realizado no período de 01/01/2018 a 22/12/2022 foram registradas a seguinte situação: 34.241 beneficiários de 0 a 18 anos no BPC, 21.248 beneficiários inseridos na escola, representando 62,06%, 12.992 beneficiários não inseridos na escola, equiparado à 27,94%. Atualmente, o Ceará alcançou 88,79% de questionários aplicados destes, 73,02% frequentam a escola, 16,48% já frequentaram a escola, 10,50% nunca frequentou a escola, totalizando 9.173 respostas. O total geral de beneficiários de 0 a 18 anos do estado do Ceará totaliza 36.704 beneficiários.

6.3.4 PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL - PAB

O Programa Auxílio Brasil foi criado através da Lei nº 14.284 em 29 de dezembro de 2021, substituindo o Programa Bolsa Família - PBF. Coordenado pelo Ministério da Cidadania, o programa social tem como objetivo a transferência direta e indireta de renda, com condicionalidades, destinado às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Para seleção dos beneficiários é necessário a inserção dos dados das famílias através do Cadastro Único Para Programas Sociais - CadÚnico. As famílias em situação de pobreza (renda per capita entre R\$105,01 a 210,00) e na situação de extrema pobreza (renda per capita de até R\$105,00) são elegíveis para o recebimento do benefício. Conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o estado do Ceará possui uma população estimada (2021) em 9.240.580 pessoas, cadastradas no Cadastro Único na situação de extrema pobreza 1.511.097 e na situação de pobreza 152.370⁵ (novembro/2022) totalizando 1.663.467 famílias. De acordo com Relatório de Informações Sociais - RIV.4, somente 1.506.758 famílias foram beneficiadas pelo Programa Auxílio Brasil o que representa uma cobertura de 93%.

⁵ Fonte: MC, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC

6.4. EQUIPAMENTOS E CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CEARÁ.

A Política de Assistência Social é organizada em um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social – Suas, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social. Este sistema é constituído nacionalmente pelos eixos de referência organizacional: Vigilância Socioassistencial, Proteção Social e Defesa de Direitos. O foco principal do Suas é a proteção social das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. As ações da proteção social são organizadas em dois níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade é composta por 116 Centros de Referência Especializado de Assistência Social – Creas, sendo: 114 unidades em 107 municípios e 2 unidades regionais, com 11 municípios vinculados.

O Creas Regional localizado no município de Fortaleza referencia os municípios de Acarape, Barreira, Chorozinho, Guaramiranga e Pindoretama. O Creas Regional localizado no Município de Barbalha referencia os municípios de Granjeiro, Jati, Nova Olinda, Santana do Cariri, Potengi e Porteiras. Destacamos que está em fase de implementação um Creas regional localizado no município de Iracema que fará referência aos municípios: Iracema, Ererê, Potiretama, Quixeré, São João do Jaguaribe e Palhano. A rede conta ainda com 09 Centros Pop e 14 Centros Dia.

No tocante a Proteção Social Especial de Alta Complexidade a população cearense conta com 138 unidades de acolhimento, destas 118 são municipais e 20 estaduais com serviços ofertados diretamente pela SPS.

Atualmente, o Estado do Ceará possui os seguintes equipamentos e capacidade de atendimento:

Equipamento	Municipal	Estadual	Total
Cras	402	0	402
Creas	114	2	116
Centro Pop	9	0	9
Acolhimento	118	20	138
Centro de Convivência	247	0	247
Centro Dia	14	0	14
Família Acolhedora	5	0	5
Total	909	22	931

Equipamento	Total de Equipamentos	Capacidade de Atendimento
Cras ⁶	402	1.538.500 Famílias / PAIF
		94.960 usuários/ SCFV
Creas	116	6.250
Centro Pop	9	8.640
Acolhimento	138	3.649
Centro de Convivência	247	44.758
Centro Dia	14	1.675
Família Acolhedora	5	101

Equipamento	Quantidades	Estadual	Federal
Cras	402	398	362
Creas	116	39	111

Esfera	Natureza	Público Atendido	Quantidade de Unidades	Capacidade de Atendimento
Estadual	Governamental	Crianças / Adolescentes	12	240
		Exclusivamente pessoas adultas com deficiência	6	77
		Mulheres em situação de violência	1	21
		Pessoas idosas	1	75
		Subtotal	20	413
Esfera	Natureza	Público Atendido	Quantidade de Unidades	Capacidade de Atendimento
Municipal	Governamental	Adultos e famílias	9	427
		Crianças / Adolescentes	45	728
		Exclusivamente pessoas adultas com deficiência	1	10
		Jovens egressos de serviços de acolhimento	3	18
		Pessoas idosas	3	45
		Subtotal	61	1228
Esfera	Natureza	Público Atendido	Quantidade de Unidades	Capacidade de Atendimento
Municipal	Organização da Sociedade Civil	Adultos e famílias	8	291
		Crianças / Adolescentes	19	575

⁶ O Centro de Referência da Assistência Social – Cras realiza o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV com metas pactuadas pela União e Municípios.

		Exclusivamente pessoas adultas com deficiência	2	50
		Jovens egressos de serviços de acolhimento	2	18
		Mulheres em situação de violência	1	14
		Pessoas idosas	25	1060
		Subtotal	57	2008
		Total Geral	138	3649

6.5. REDE SOCIOASSISTENCIAL CADASTRADA NO CADASTRO NACIONAL DAS ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS - CNEAS.

O Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – Cneas é uma ferramenta de gestão, que armazena informações sobre as organizações e ofertas socioassistenciais com atuação no território nacional. De responsabilidade da administração pública, o cadastro permite a aproximação entre o Estado e a sociedade civil, possibilitando o acompanhamento do atendimento aos usuários da política e reconhecendo a importância das organizações no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

O Plano de Assistência Social do estado tem como meta desenvolver ações junto aos municípios de modo tendo no mínimo, 80% das entidades ou organizações de assistência social com seus dados completos e atualizados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – Cneas.

Ao analisar o quantitativo, do estado do Ceará, de entidades inseridas no Cneas, verifica-se que 53,54% estão com status de situação do cadastro nacional como concluído, no entanto é necessário realizar o fortalecimento das ações para a regularização de 380 entidades de assistência social, conforme mostra tabela a seguir:

Regiões Administrativa	Situação do Preenchimento do Cadastro Nacional			Total
	Concluído	Em preenchimento	Pendente	
Cariri	58	94	10	162
Centro Sul	5	8	12	25
Grande Fortaleza	259	103	3	365
Litoral Leste	3	6	6	15
Litoral Norte	7	4	0	11
Litoral Oeste/Vale do Curu	1	12	6	19
Maciço Baturité	4	9	5	18
Serra da Ibiapaba	5	1	3	9
Sertão Central	9	1	10	20
Sertão de Canindé	1	2	0	3

Sertão de Crateús	4	50	16	70
Sertão de Sobral	61	10	3	74
Sertão dos Inhamuns	0	0	1	1
Vale do Jaguaribe	21	1	4	26
Total	438	301	79	818

Fonte: SuasWeb/Cneas 2021.

6.6. TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

O caráter público da prestação dos serviços socioassistenciais impõe a existência de profissionais responsáveis por sua execução. Assim sendo, a NOB-RH/Suas define a equipe de referência para a execução da Política de Assistência Social, ratificada pelas Resoluções Nº 17, de 20 de julho de 2011 e Nº 09, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que reconhecem as categorias profissionais de nível superior, médio e fundamental.

As equipes de referência previstas nas citadas Resoluções são aquelas constituídas por servidores efetivos e contratados, responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica.

Assim, o Ceará conta na gestão e na rede serviços e programas socioassistenciais de âmbito estadual e municipal com 19.302 profissionais distribuídos conforme a tabela a seguir:

Tabela 14. Distribuição dos Trabalhadores do Suas no Ceará - Estado e Municípios

Estado	Tipo	Total
Gestão estadual	Gestão	445
Unidades de acolhimento estadual	Serviços	647
Creas regional	Serviços	45
Conselho estadual	Controle	8
Subtotal		1.145

Município	Tipo	Total
Gestão municipal	Gestão	2.775
Unidades de acolhimento municipal	Serviços	1.915
Cras	Serviços	7.877
Conselho municipal	Controle	367
Creas	Serviços	1.205
Centro de convivência municipal	Serviços	2.071
Centro pop	Serviços	128
Centro dia	Serviços	353

Posto de cadastro único	Serviços	1.445
Família acolhedora	Serviços	21
Subtotal		18.157

Total Geral

19.302

Fonte: Ministério da Cidadania - MC/ Censo Suas 2021.

6.6.1. PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS GESTÕES ESTADUAL E MUNICIPAIS

Na perspectiva de proporcionar maior compreensão do escopo do Suas, apresenta-se os dados a seguir objetivando revelar o perfil dos profissionais da gestão do Suas nos municípios e estado, com ênfase na escolaridade e vínculo empregatício.

6.6.1.1. ESCOLARIDADE / VÍNCULO – GESTÃO MUNICIPAL

Em relação à distribuição dos trabalhadores da gestão municipal do Suas, conforme a escolaridade e o vínculo empregatício, podem ser visualizadas as seguintes informações:

Tabela 15. Distribuição dos Profissionais da Gestão Municipal segundo o Vínculo Profissional e Escolaridade.

Tipo de Vínculo	Escolaridade			Total	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total	%
Estatutários	112	392	359	863	31,10
Empregados Públicos Celetistas	7	26	21	54	1,95
Somente Comissionados	22	276	547	845	30,45
Outros Vínculos	140	512	361	1.013	36,50
Total	281	1.206	1.288	2.775	100,00

Fonte: MC/Censo Suas 2021

Assim, é possível verificar que a maioria dos trabalhadores 46,41% da gestão municipal possui o ensino superior, enquanto 43,46% são de nível médio e 10,13% possuem apenas o ensino fundamental.

Do total de 2.755 trabalhadores, 1.013 possuem outros vínculos e destes, 512 têm o ensino médio; 361 são de nível superior e 140 possuem o ensino fundamental. São estatutários, 863 dos quais 392 com ensino médio; 359 com ensino superior e 112 com ensino fundamental. Os empregados públicos celetistas somam 54, com 26 de nível médio; 21 de nível superior e 07 de nível fundamental. São 845 comissionados, dos quais 276 têm o ensino médio; 547 de nível superior e 22 possuem o ensino fundamental.

6.6.1.2 ESCOLARIDADE / VÍNCULO – GESTÃO ESTADUAL

A relação entre a escolaridade e o vínculo dos que compõem a gestão da Assistência Social no estado do Ceará está descrita, de acordo com dados do Censo/Suas/2021, no quadro a seguir.

Distribuição dos Profissionais da Gestão Estadual por Escolaridade/Vínculo

Tabela 16. Distribuição dos Profissionais da Gestão Estadual segundo o Vínculo Profissional e Escolaridade

Vínculo	Escolaridade			Total	%
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior		
Estatutários	20	33	59	112	25,17
Empregados públicos celetistas	1	14	31	46	10,34
Somente comissionados	0	0	9	9	2,02
Outros vínculos	43	117	118	278	62,47
Total	64	164	217	445	100,00

Fonte: MC/Censo Suas 2021.

A maioria dos profissionais da gestão estadual 217 possui ensino superior, o que corresponde a 48,76%. Possuem ensino médio 164 profissionais, o correspondente a 36,85% e ensino fundamental 64 profissionais correspondendo 14,38%.

Para uma melhor compreensão da situação dos recursos humanos alocados nas Gestões Estadual e Municipais, apresenta-se a seguir o consolidado das respectivas gestões.

Tabela 17. Distribuição dos Profissionais das Gestões Estadual e Municipais segundo Escolaridade e Vínculos Empregatício

Escolaridade	Tipo de Vínculo Empregatício								Total		%	
	Estatutário		Celetista		Comissionado		Outros					
	Est.	Muni.	Est.	Muni.	Est.	Muni.	Est.	Muni.	Est.	Muni.	Est.	Muni.
Ensino Superior	59	359	31	21	9	547	118	361	217	1.288	48,76	46,41
Ensino Médio	33	392	14	26	0	276	117	512	164	1.206	36,85	43,46
Ensino Fundamental	20	112	1	7	0	22	43	140	64	281	14,38	10,13
Total	112	863	46	54	9	845	278	1.013	445	2.775	100,00	100,00

Fonte: MC/Censo Suas 2021

Observa-se que do total de profissionais vinculados à gestão municipal, em sua maioria, se dá na modalidade de vínculos comissionados e ainda na modalidade outros vínculos,

respectivamente. No tocante a gestão estadual essa realidade também incide sobre a modalidade de outros vínculos com 278 profissionais que equivale a 62,47%.

A elaboração do presente documento retrata o panorama da Assistência Social nos 184 municípios cearenses no ano de 2022, constituindo-se em importante instrumento de planejamento para a o aprimoramento e qualificação da gestão da Política de Assistência Social nos anos subsequentes a sua elaboração, porém, sua atualização sistemática faz-se necessária para a garantia da proteção social, da defesa de direitos e da vigilância socioassistencial diante da realidade dinâmica em que a Política se insere.

6.7. CONTROLE SOCIAL

O controle social pressupõe um avanço na construção de uma sociedade democrática e que determina alterações profundas nas formas de relação do aparelho de Estado com o cidadão. A participação da sociedade nas funções de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação das políticas públicas têm requerido a institucionalização de órgãos colegiados deliberativos, representativos da sociedade, de caráter permanente. Os Conselhos se configuram em espaços públicos de articulação entre governo e sociedade.

No Ceará foi criada a “Casa dos Conselhos, Comissões, Comitês de políticas públicas do estado”, estrutura vinculada administrativamente à Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS, onde funcionam o Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas; Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA; Conselho Estadual de Direitos do Idoso – Cedi; Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará – Consea; Conselho Cearense dos Direitos da Mulher – CCDM, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CEDPD; Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH; Comissão Intergestores Bipartite – CIB; Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou; Conselho Estadual de Políticas Públicas para as Pessoas em Situação de Rua – CEPOP; Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Ceará - CEPCT; Núcleo de Assessoria dos Programas de Proteção – NAAP, Núcleo Estadual de Educação Permanente do estado do Ceará – Nueep; Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas- NETP; Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência – CRAVV.

O Conselho Estadual de Assistência Social - Ceas é a instância de controle social da política de assistência social. É um colegiado de caráter permanente, com composição paritária entre governo e sociedade civil, composto por 18 membros e seus respectivos suplentes, sendo 9 representando o governo, e 9 representando a sociedade civil.

Na composição da sociedade civil é respeitada a proporcionalidade entre entidades e organizações socioassistenciais, trabalhadores do Suas, usuários dos serviços, programas,

benefícios e transferência de renda ou entidades de representações de usuários. Nessa perspectiva, o Ceas conta com a participação de 3 representantes das entidades e organizações socioassistenciais, 3 trabalhadores do Suas e 3 usuários.

A presença dos conselhos de políticas públicas tem representado o fortalecimento da participação social, haja vista a expressiva capilaridade desses instrumentos em nosso estado. Do universo de 184 municípios cearenses, todos os municípios possuem Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar implantado, o que representa 100%; 151 municípios possuem Conselho Municipal de Direitos do Idoso, o que representa um percentual de 82,06%. No tocante ao Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher 96 municípios possuem conselho implantado o que representa 52,17% e 54 municípios possuem Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência⁷ o que representa 29,35%.

⁷ Fonte: SPS/2021